



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

RELATÓRIO CONTÁBIL

Exercício 2021

- DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- NOTAS EXPLICATIVAS

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Ministério da Infraestrutura – MINFRA

28 de Janeiro de 2022

Brasília/DF

Sumário

LISTA DE TABELAS	3
LISTA DE FIGURAS	3
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	4
INTRODUÇÃO	6
CONTEXTO OPERACIONAL	6
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	7
Balanço Patrimonial	7
Demonstração das Variações Patrimoniais	9
Balanço Orçamentário	10
Balanço Financeiro.....	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	16
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	16
NOTAS EXPLICATIVAS	18
Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante	18
Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa.....	19
Nota 03 – Créditos a Curto Prazo	20
Nota 04 – Ativo Realizável a Longo Prazo.....	20
Nota 05 - Imobilizado	21
Nota 06 – Intangível.....	22
Nota 07 – Passivo Exigível.....	23
Nota 08 – Passivo Circulante.....	24
Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)	24
Nota 10 – Patrimônio Líquido	25
Nota 11 – Passivos Contingentes	26
Nota 12 – Ativos Contingentes	26
Nota 13 – Obrigações Contratuais	27
Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA.....	28
Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.....	29
Nota 16 – Receitas Orçamentárias	30
Nota 17 – Despesas Orçamentárias	32
Nota 18 – Restos a Pagar	33
Nota 19 – Movimentação Financeira	33
Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial	34
Nota 21 – Conformidade Contábil	35

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição
Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição
Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição
Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição
Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição
Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição
Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição
Tabela 8 – Bens Móveis – Variação e Composição
Tabela 9 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição
Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição
Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
Tabela 12 – Passivo Circulante – Variação e Composição
Tabela 13 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição
Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
Tabela 15 – Resultado Patrimonial do Período – Composição
Tabela 16 – Passivos Contingentes – Variação e Composição
Tabela 17 – Ativos Contingentes – Variação e Composição
Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição
Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição
Tabela 21 – Receita Orçamentária – Realização
Tabela 22 – Despesa Orçamentária – Execução
Tabela 23 – Restos a Pagar – Execução
Tabela 24 – Caixa e Equivalente de Caixa – Variação
Tabela 25 – Balanço Financeiro – Variação e Composição
Tabela 25-A – Demonstração de Fluxo de Caixa – Variação
Tabela 26 – Superávit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro
Tabela 27 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados
Tabela 28 – Superávit Financeiro – Por Fonte de Recursos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Resultado Patrimonial Acumulado
Figura 2 – Resultado Financeiro do Período
Figura 3 – Resultado Patrimonial do Período – Comparativo
Figura 4 – Índices Orçamentários
Figura 5 – Receita Prevista X Receita Realizada
Figura 6 – Despesa Fixada X Despesa Executada
Figura 7 – Variação do Caixa e Equivalente de Caixa
Figura 8 – Ativo – Composição e Variação
Figura 9 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação
Figura 10 – Bens Móveis – Composição
Figura 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
Figura 12 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
Figura 13 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
Figura 14 – Realização da Receita
Figura 15 – Despesas Executadas – Proporção
Figura 16 – Despesas Executadas – Composição

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As demonstrações contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT referente ao exercício de 2021, quais sejam: Balanço Patrimonial; Demonstração de Variações Patrimoniais; Demonstração de Fluxo de Caixa; Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro estão, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com os normativos vigentes, exceto quanto aos itens mencionados nesta declaração e mais detalhadamente nas notas explicativas.

Dentre os normativos vigentes que fundamentaram as apreciações explanadas, destacam-se: a Lei 4.320/64; o Decreto 93.872/86, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; os Manuais do SIAFI que tratam dos assuntos correspondentes; as Normas de Contabilidade Brasileira Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP; as instruções emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, levando-se também em consideração as adaptações decorrentes da adesão ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

As análises apresentadas neste relatório foram estruturadas de acordo com as orientações do Manual de Conformidade Contábil do SIAFI (Macrofunção 020315) em que se buscou evidenciar os principais impactos contábeis decorrentes das atividades da ANTT no período avaliado, cujos apontamentos são os seguintes:

O Ativo Circulante está subavaliado devido ao não reconhecimento dos créditos a receber, destacando-se as multas aplicadas de competência da Agência. A não evidenciação deste direito distorce a composição do patrimônio e deixa de retratar os impactos das ações da entidade em relação à fiscalização da prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes. Nota-se ainda a ausência neste grupo quanto aos créditos de Dívida Ativa de curto prazo.

O Ativo Não Circulante apresenta distorções quanto à evidenciação quantitativa e qualitativa em seus subgrupos Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível.

O Ativo Realizável a Longo Prazo é composto em sua totalidade somente pelos valores da Dívida Ativa cujos lançamentos estão embasados nas informações e relatórios repassados pela Procuradoria Federal junto à ANTT. Neste exercício, passou-se a efetuar os registros distinguindo o valor original da correção monetária. Ainda assim, estas evidenciações carecem de refinamentos, visto que: não há informações sistemáticas seguras para distinguir as classificações de indicação para circulante e não circulante; não há informações posteriores de atualização monetária do crédito de inscrição registrado no SIAFI; os registros das baixas dos respectivos créditos são realizados pelo valor integral com as atualizações monetárias corrigidas até a data do pagamento; o indicador utilizado para fins de ajuste de perda também necessita de refinamento de critérios para retratar a real recuperabilidade dos créditos. A conjugação destes eventos críticos concorre para uma provável superavaliação do ARLP. Outro ponto a ser considerado é que, devido à ausência da evidenciação anterior dos créditos a receber (em fase administrativa), os registros da Dívida Ativa estão sendo realizados em desacordo com os procedimentos previstos na macrofunção 021112, gerando VPA em momento distinto do fato gerador que originou o crédito. No entanto, ponderou-se pela manutenção dos registros de Dívida Ativa devido à relevância e à materialidade da informação, até que se viabilize o meio adequado. E, de forma a mitigar o impacto da VPA, os lançamentos dos autos de infração com referências anteriores a 2021 foram registrados como Ajuste de Exercícios Anteriores.

O Ativo Imobilizado compõe-se apenas por Bens Móveis, porém, estes itens ainda não passaram pelo procedimento de reavaliação e/ou redução ao valor recuperável, o que impossibilita afirmar a

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

conformidade dos valores evidenciados neste subgrupo, pois permanece o registro do custo de aquisição com a respectiva depreciação.

O Ativo Intangível não está representando com fidedignidade a realidade patrimonial da Agência no que se refere aos bens incorpóreos, destacando-se os relacionados à tecnologia da informação, pois os itens registrados como Softwares de Vida Útil Indeterminada necessitam de revisão da vida útil e de reavaliação quanto à sua real capacidade de geração de benefício às atividades do Órgão, além da ausência de registro dos sistemas de TI desenvolvidos pela entidade. Neste exercício foram realizados ajustes nos registros de intangíveis, em que se providenciou baixas dos itens obsoletos/em desuso e conciliação de valores, após o trabalho em conjunto realizado pelas respectivas gerências e coordenações das Superintendências de Tecnologia e Gestão Administrativa.

Outro aspecto a ser enfatizado se refere ao grupo das contas de resultado (VPA e VPD), o que distorce a apuração do resultado do exercício, pois o Princípio da Competência não está sendo atendido em sua integralidade. Esta inconsistência afeta as despesas em menor proporção, visto as providências adotadas dos registros de pré-liquidação para o reconhecimento das obrigações em consonância com a ocorrência do fato gerador. No entanto, ainda há registros dissonantes devido a situações que impossibilitam o atendimento integral do regime de competência das despesas, tais como, trâmite dos processos, atraso na entrega do documento fiscal, prazo exíguo de registro antes do fechamento do mês no SIAFI. Já as receitas são na sua totalidade reconhecidas somente pelo regime de caixa quando de sua efetiva arrecadação, devido à ausência de um sistema de gestão de créditos que possibilite o reconhecimento pelo fato gerador, e que ao mesmo tempo sanaria a ausência de créditos a receber nos ativos da Agência.

Embora tais ocorrências permaneçam pendentes devido às suas nuances e complexidades, ressalte-se que estas demandas estão no nosso radar, visto que se trata de um processo longo de regularização, cujas providências vão sendo tomadas paulatinamente visto os gargalos que retardam uma solução imediata. A CCONT/GEORF, juntamente com o apoio da CCONT/MINFRA, está atenta a todas as ocorrências identificadas, dando conhecimento aos responsáveis, bem como orientação e acompanhamento para a devida regularização dentro do exercício, de forma a evitar as distorções que prejudiquem o entendimento e a tempestividade das informações.

Assim, todas as ocorrências contábeis são continuamente monitoradas, empregando-se os esforços necessários, juntamente às áreas competentes, em busca dos ajustes e correções das inconsistências, sendo este um processo contínuo no intuito de garantir que as demonstrações contábeis da ANTT retratem com fidedignidade a sua real situação patrimonial, orçamentária e financeira.

Estas são as principais considerações para o período.

Apresentam-se a seguir as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI e as respectivas notas explicativas, em que se pode verificar de forma mais pormenorizada as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades da ANTT no exercício de 2021 em comparação ao exercício de 2020.

Brasília, 28 de janeiro de 2022

CLEIDES SILVA CAMPOS FONTENELE

Contadora Responsável
CRC/DF 018.229/O

INTRODUÇÃO

O presente relatório versa sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, seguidas das notas explicativas, evidenciando-se os impactos contábeis decorrentes das atividades da Autarquia no período avaliado.

A avaliação em questão foi realizada com base nos normativos vigentes, onde se verificou em especial a adesão à Lei 4.320/64, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e ao Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. As análises apresentadas relativas ao período analisado foram pautadas com base nas instruções da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI.

Os demonstrativos: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 30 de setembro de 2021, estão, nos aspectos mais relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e ao Manual SIAFI, exceto no que tange aos apontamentos registrados na conformidade contábil e relacionados na Nota 21.

Dessa forma, apresentam-se a seguir as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI e as respectivas notas explicativas, em que se pode verificar de forma mais pormenorizada as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades da ANTT no exercício de 2021.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade da Administração Indireta vinculada ao Ministério da Infraestrutura, foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, na qual lhe foi conferida o regime autárquico especial caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

Sua estrutura organizacional compreende a Sede em Brasília/DF domiciliada no SCES Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8, CEP 70.200-003. Além da Sede e foro no Distrito Federal, está presente em todo o território nacional por meio das Unidades Regionais e dos Postos de Fiscalização e Atendimento. Possui seis unidades regionais com independência de execução orçamentária e financeira, quais sejam: Unidades Regionais do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e três unidades administrativas Unidades Regionais da Bahia, de Pernambuco e de Santa Catarina.

A ANTT tem como missão “assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transportes Terrestres” tendo como principais competências a regulação dos serviços de transportes terrestres, atuando sobre: a concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário associado à exploração da infraestrutura; a permissão do transporte coletivo regular de passageiros pelos meios rodoviário e ferroviário não associados à exploração da infraestrutura; a autorização do transporte de passageiros por empresa de turismo e sob regime de fretamento, dentre outros relativos ao transporte nacional e internacional de cargas e passageiros, transporte multimodal e terminais.

Neste contexto, destaca-se a importância de que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial e espelhem as atividades fins, de forma a subsidiar as tomadas de decisões e a transparência da gestão, bem como prestar contas à sociedade, que é a principal usuária da informação contábil.

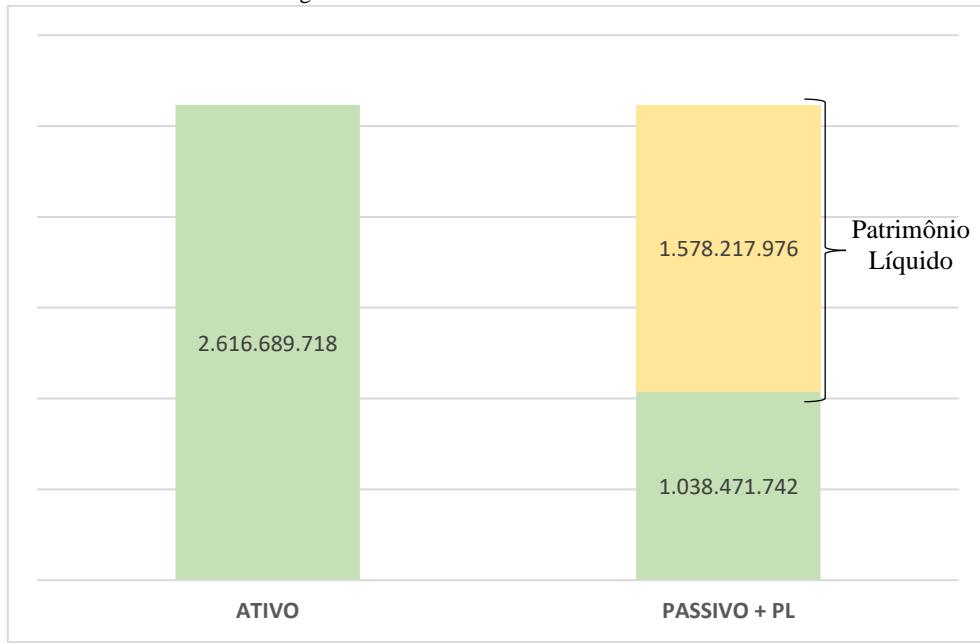
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial – BP demonstra a composição do patrimônio da ANTT evidenciado pelas classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido – PL). Os grupos são classificados em circulante e não circulante, além do PL que segrega os resultados do período com os resultados dos exercícios anteriores. O resultado patrimonial do período foi superavitário em R\$ 253.226.802, acumulando uma situação líquida patrimonial de R\$ 1.578.217.976 (figura 1).

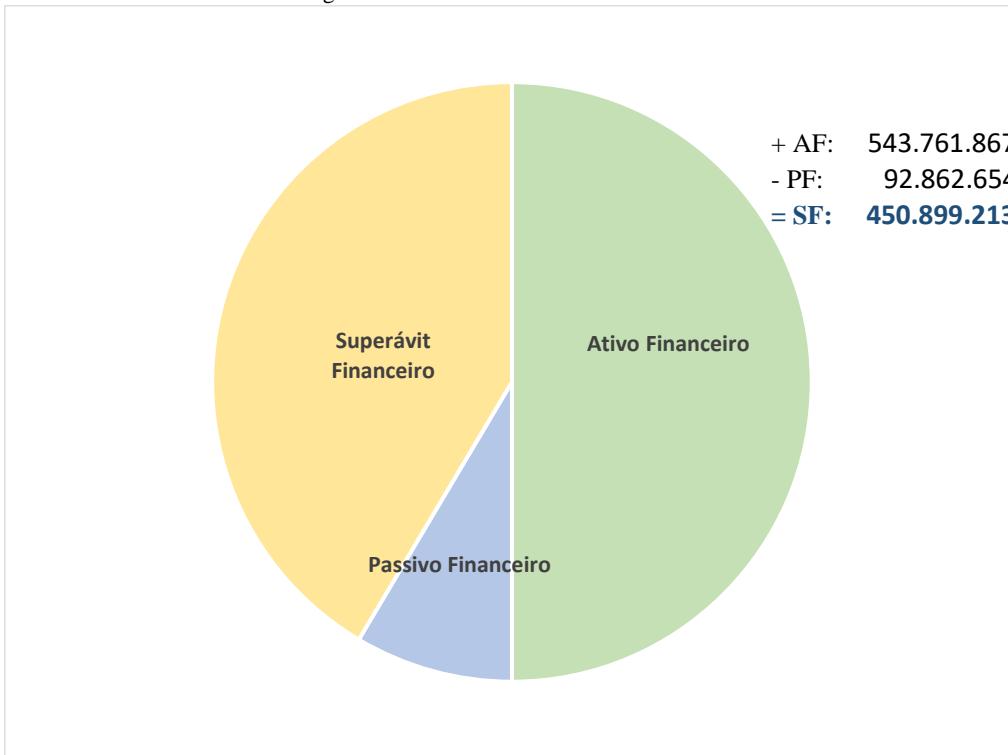
BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	01	547.446.600	413.795.220	PASSIVO CIRCULANTE	08	38.376.903	31.366.522
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	543.761.867	410.045.260	Obrigações Trab., Prev. e Assist. CP		29.001.200	25.076.111
Créditos a Curto Prazo	03	2.887.060	2.862.464	Fornecedores e Contas a Pagar CP		1.395.888	605.048
Demais Créditos e Valores		2.887.060	2.862.464	Demais Obrigações a Curto Prazo		7.979.815	5.685.363
Estoques		640.524	807.956	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		157.149	79.540				5.685.363
ATIVO NÃO CIRCULANTE	01	2.069.243.118	1.672.293.250	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	09	1.000.094.839	1.002.190.687
Ativo Realizável a Longo Prazo	04	1.978.063.418	1.560.254.954			-	-
Créditos a Longo Prazo		1.978.063.418	1.560.254.954	Provisões a Longo Prazo		1.000.000.000	1.002.190.687
Dívida Ativa Não Tributária	04	2.060.182.099	1.642.373.636	Demais Obrigações a Longo Prazo		94.839	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos LP		-82.118.682	-82.118.682	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.038.471.742	1.033.557.209
Imobilizado	05	41.365.792	49.390.396	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
Bens Móveis	5.1	41.365.792	49.390.396	Resultados Acumulados		1.578.217.976	1.052.531.261
Bens Móveis		112.900.532	115.681.517	Resultado do Exercício		253.226.802	55.206.376
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis	5.2	(71.534.739)	(66.291.120)	Resultados de Exercícios Anteriores		1.052.531.261	673.813.461
Intangível	06	49.813.908	62.647.899	Ajustes de Exercícios Anteriores		272.459.913	323.511.424
Softwares		49.813.808	62.647.770	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	1.578.217.976	1.052.531.261
Softwares		49.813.808	62.647.770				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		100	129				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		438	438				
(-) Amortização Acumulada de Marcas		(338)	(309)				
TOTAL DO ATIVO		2.616.689.718	2.086.088.470	TOTAL DO PASSIVO + PL		2.616.689.718	2.086.088.470

Figura 1 – Resultado Patrimonial Acumulado



O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial também foi superavitário, no valor de R\$ 450.899.213, decorrente da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Figura 02).

Figura 2 – Resultado Financeiro do Período

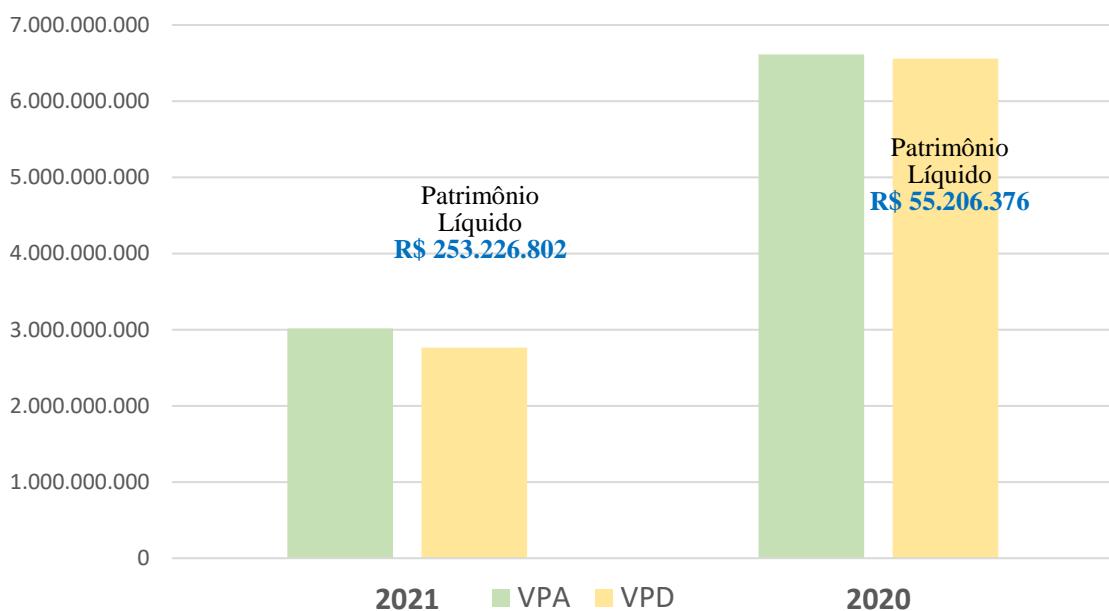


Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações apresentadas no patrimônio fazendo o confronto entre a Variação Patrimonial Aumentativa e a Diminutiva. O resultado do exercício de 2021 apresentou um superávit de R\$ 253.226.802 (figura 03).

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
		2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14	3.015.344.609	6.612.666.305
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.524.551	2.320.994
Taxes		2.524.551	2.320.994
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.967.663.941	5.744.026.936
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.967.663.941	5.744.026.936
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.071.632	8.857.597
Juros e Encargos de Mora		1.071.632	8.857.597
Transferências e Delegações Recebidas		712.954.228	694.989.617
Transferências Intragovernamentais		711.195.910	687.048.460
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.758.318	7.941.157
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		2.382.815	14.097.488
Ganhos com Alienação		773.925	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		932.473	14.063.804
Ganhos com Desincorporação de Passivos		676.416	33.685
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		328.747.442	148.373.673
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		328.747.442	147.656.937
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15	2.762.117.806	6.557.459.929
Pessoal e Encargos		248.041.262	245.814.228
Remuneração a Pessoal		197.988.357	194.931.660
Encargos Patronais		40.258.586	40.237.326
Benefícios a Pessoal		7.216.216	7.614.784
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.578.104	3.030.457
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		26.467.336	24.920.515
Aposentadorias e Reformas		19.875.604	19.181.885
Pensões		4.345.682	3.744.774
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.246.051	1.993.857
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		250.932.837	288.787.498
Uso de Material de Consumo		2.904.080	2.126.123
Serviços		238.753.539	277.114.570
Depreciação, Amortização e Exaustão		9.275.218	9.546.805
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		17.765.786	7.449.206
Juros e Encargos de Mora		28	15.792
Descontos Financeiros Concedidos		17.765.757	7.433.414
Transferências e Delegações Concedidas		2.204.871.567	5.948.635.866
Transferências Intragovernamentais		2.203.125.719	5.940.680.936
Transferências ao Exterior		16.129	13.772
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.729.720	7.941.157
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		10.415.954	35.773.276
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	16.201.271
Perdas Involuntárias		1.498.599	218.531
Incorporação de Passivos		-	170
Desincorporação de Ativos		8.917.355	19.353.305
Tributárias		3.546.404	5.708.731
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.083.252	1.053.021
Contribuições		2.463.151	4.655.710
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		76.660	370.609
Constituição de Provisões		-	156.087
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		76.660	214.523
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		253.226.802	55.206.376

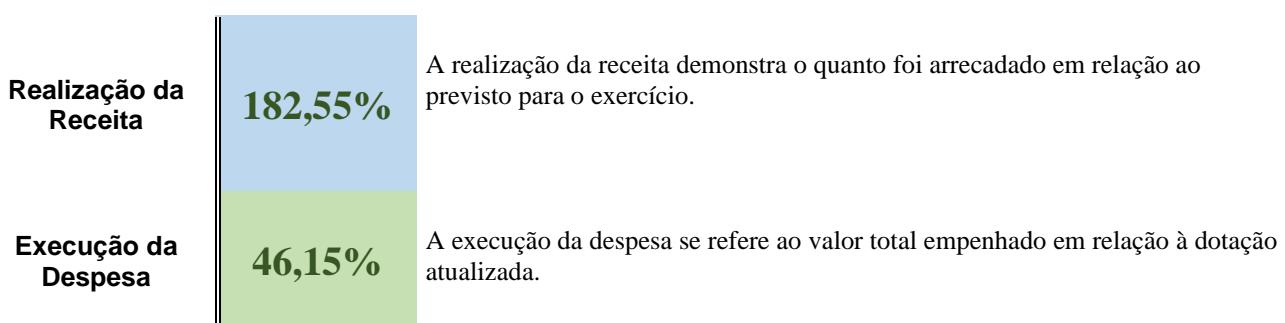
Figura 3 – Resultado Patrimonial do Período – Comparativo



Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário – BO demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas evidenciadas por categoria econômica em confronto com as execuções orçamentárias, ressaltando as atualizações de previsão e dotação revistas no decorrer do exercício.

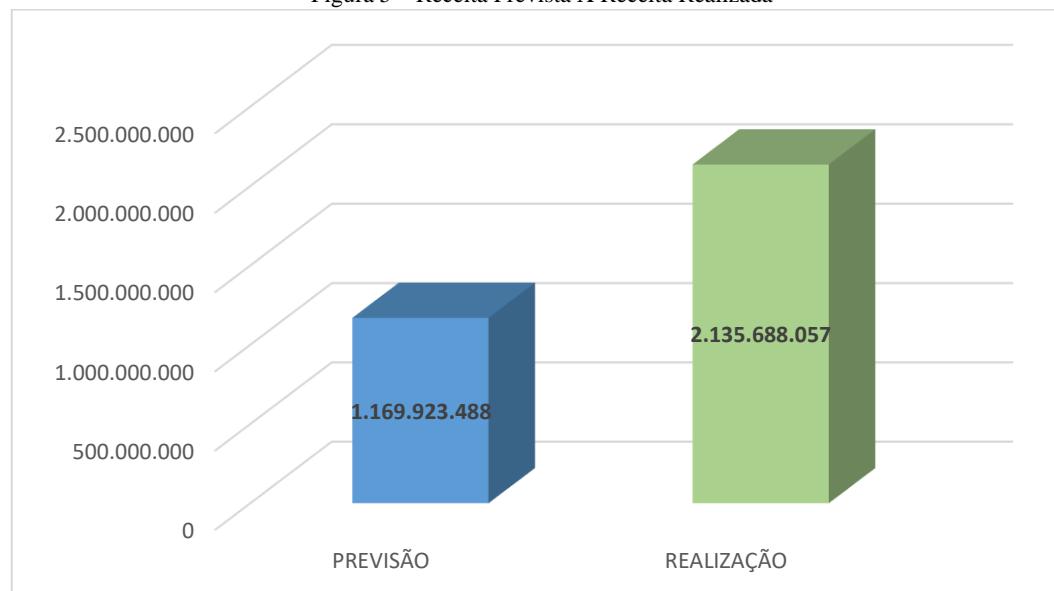
Figura 4 – Índices Orçamentários



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.126.053.247	1.126.053.247	2.134.914.132	1.008.860.885
Receitas Tributárias	1.162.533	1.162.533	1.767.186	604.653
Taxas	1.162.533	1.162.533	1.767.186	604.653
Receita Patrimonial	729.600.238	729.600.238	1.739.765.719	1.010.165.481
Delegação de Serviços Públicos	729.600.238	729.600.238	1.739.765.719	1.010.165.481
Receitas de Serviços	255.511.338	255.511.338	227.905.180	-27.606.158
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	255.511.338	255.511.338	227.905.180	-27.606.158
Outras Receitas Correntes	139.779.138	139.779.138	165.476.046	25.696.908
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	139.779.138	139.779.138	165.062.727	25.283.589
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	413.319	413.319
RECEITAS DE CAPITAL	43.870.241	43.870.241	773.925	-43.096.316
Operações de Crédito	43.870.241	43.870.241	-	-43.870.241
Alienação de Bens Móveis	-	-	773.925	773.925
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.169.923.488	1.169.923.488	2.135.688.057	965.764.569
TOTAL	1.169.923.488	1.169.923.488	2.135.688.057	965.764.569

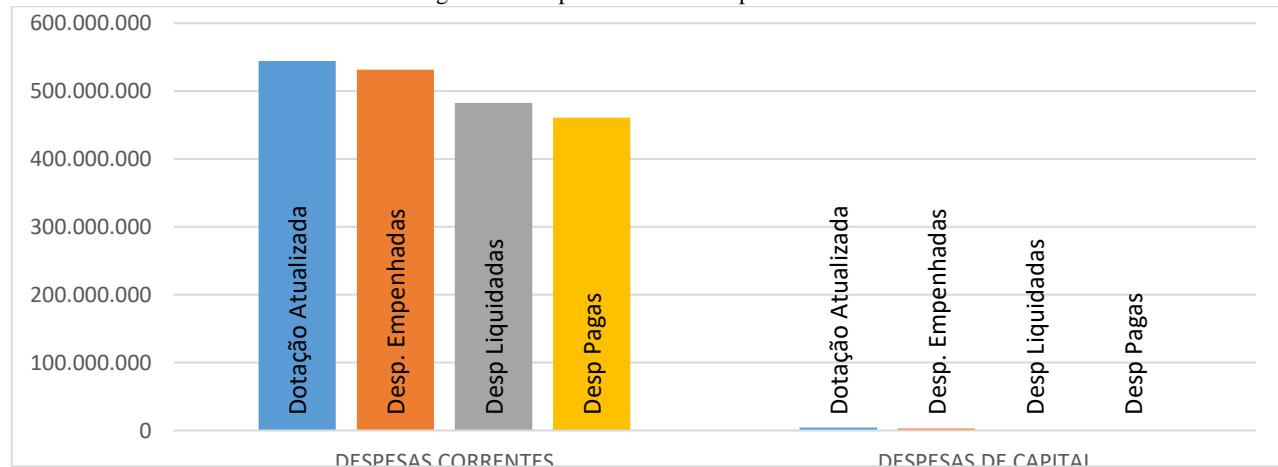
Figura 5 – Receita Prevista X Receita Realizada



Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		587.686.395	544.460.041	531.434.247	482.594.734	460.754.668	13.025.794
Pessoal e Encargos Sociais		259.837.276	264.401.804	262.539.375	262.105.926	244.328.011	1.862.429
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		327.849.119	280.058.237	268.894.872	220.488.808	216.426.657	11.163.365
DESPESAS DE CAPITAL		-	4.492.746	2.862.730	68.788	68.788	1.630.016
Investimentos		-	4.492.746	2.862.730	68.788	68.788	1.630.016
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		587.686.395	548.952.787	534.296.977	482.663.522	460.823.456	14.655.810
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		608.802.972	608.802.972	-	-	-	608.802.972
SUBTOTAL COM RESERVA CONTIGÊNCIA		1.196.489.367	1.157.755.759	534.296.977	482.663.522	460.823.456	623.458.782
SUPERAVIT				1.601.391.080			-1.601.391.080
TOTAL COM SUPERÁVIT		1.196.489.367	1.157.755.759	2.135.688.057	482.663.522	460.823.456	-977.932.298

Figura 6 – Despesa Fixada X Despesa Executada



Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	INSCRITOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12/2020	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		20.622.493	63.535.994	32.100.110	32.100.110	34.069.940	17.988.437
Pessoal e Encargos Sociais		50.729	724.939	216.656	216.656	559.012	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		20.571.765	62.811.055	31.883.454	31.883.454	33.510.929	17.988.437
DESPESAS DE CAPITAL		765.451	1.559.010	1.773.172	1.773.172	225.377	325.913
Investimentos		765.451	1.559.010	1.773.172	1.773.172	225.377	325.913
TOTAL		21.387.945	65.095.005	33.873.282	33.873.282	34.295.317	18.314.350

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	INSCRITOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12/2020	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		709.789	17.862.700	17.517.494	-	1.054.995
Pessoal e Encargos Sociais		-	16.222.620	16.222.160	-	460
Outras Despesas Correntes		709.789	1.640.080	1.295.333	-	1.054.536
DESPESAS DE CAPITAL		-	20.443	16.170	-	4.274
Investimentos		-	20.443	16.170	-	4.274
TOTAL		709.789	17.883.144	17.533.664	-	1.059.269

Execução RPNP
78,82%
Execução RPP
94,30%

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e os saldos de caixa inicial e final no exercício. A variação do saldo financeiro aumentou em 32,61% correspondendo a um acréscimo de R\$ 133.716.607 no caixa da ANTT.

BALANÇO FINANCEIRO - BF					
INGRESSOS	2021	2020	DISPÊNDIOS	2021	2020
Receitas Orçamentárias	2.135.688.057	5.887.604.932	Despesas Orçamentárias	534.296.977	576.861.190
Ordinárias	-	-	Ordinárias	53.941.195	57.599.943
Vinculadas	2.165.853.350	5.896.008.106	Vinculadas	480.355.781	519.261.247
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	10.573.995	1.339.143
Alienação de Bens e Direitos	774.517		Previdência Social (RPPS)	8.740.950	13.718.614
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	2.165.078.833	5.896.008.106	Dívida Pública		18.055.457
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(30.165.294)	(8.403.173)	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos	461.040.837	486.148.033
Transferências Financeiras Recebidas	711.195.910	687.048.460	Transferências Financeiras Concedidas	2.203.125.719	5.939.072.079
Resultantes da Execução Orçamentária	407.125.505	387.659.295	Resultantes da Execução Orçamentária	17.488.242	23.707.182
Repasso Recebido	390.358.962	370.128.477	Repasso Concedido	708.034	2.080.772
Sub-repasso Recebido	16.766.543	17.530.819	Sub-repasso Concedido	16.766.543	17.530.819
Repasses Devolvidos			Repasso Devolvido	13.665	4.095.591
Independentes da Execução Orçamentária	304.070.404	299.389.164	Independentes da Execução Orçamentária	2.185.637.476	5.915.364.897
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	22.120.408	50.328.836	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	747.376	12.486.111
Demais Transferências Recebidas	209.528	204.561	Demais Transferências Concedidas	43.700	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	281.740.468	248.855.768	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.184.846.400	5.902.878.787
Recebimentos Extraorçamentários	76.989.820	85.337.295	Pagamentos Extraorçamentários	52.734.484	86.488.649
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	21.840.066	17.725.101	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17.533.664	20.465.543
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	51.633.455	65.095.005	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	33.873.282	64.021.564
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.327.539	393.229	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.327.539	393.229
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.188.760	2.123.960	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	1.608.312
Ordens Bancárias não Sacadas - CPGF	77		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		1.152
Restituições a Pagar	961		Demais Pagamentos		1.607.160
Arrecadação de Outra Unidade	2.184.274	2.123.791	Saldo para o Exercício Seguinte	543.761.867	410.045.260
Demais Recebimentos	3.448		Caixa e Equivalentes de Caixa	543.761.867	410.045.260
Saldo do Exercício Anterior	410.045.260	352.476.492	TOTAL	3.333.919.046	7.012.467.178
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.045.260	352.476.492			
TOTAL	3.333.919.046	7.012.467.178			

Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC evidencia as movimentações ocorridas no caixa e equivalentes destacando o fluxo de ingresso/desembolso das atividades operacionais e das atividades de investimento. A geração líquida no caixa de R\$ 133.716.607 corrobora com o resultado apresentado no Balanço Financeiro (Figura 07).

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC			
	Nota	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19	78.982.856	38.910.215
INGRESSOS		2.849.626.264	6.577.170.581
Receita Tributária		1.767.186	1.624.696
Receita Patrimonial		1.739.765.719	5.548.667.754
Receita de Serviços		227.905.180	195.643.564
Outras Receitas Derivadas e Originárias		165.476.046	141.668.918
Outros Ingressos Operacionais		714.712.132	689.565.649
Ingressos Extraorçamentários		1.327.539	393.229
Restituições a Pagar		961	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			169
Transferências Financeiras Recebidas		711.195.910	687.048.460
Arrecadação de Outra Unidade		2.184.274	2.123.791
Demais Recebimentos		3.448	
DESEMBOLSOS		(2.714.825.452)	(6.497.138.257)
Pessoal e Demais Despesas		(466.247.489)	(511.600.678)
Administração		(22.440)	-
Previdência Social		(23.371.931)	(22.358.783)
Transporte		(442.808.367)	(489.226.053)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - CPGF		77	(1.152)
Transferências Concedidas		(44.124.706)	(44.465.111)
Intragovernamentais		(44.108.577)	(44.451.339)
Outras Transferências Concedidas		(16.129)	(13.772)
Outros Desembolsos Operacionais		(2.204.453.257)	(5.941.072.468)
Dispêndios Extraorçamentários		(1.327.539)	(393.229)
Transferências Financeiras Concedidas		(2.203.125.719)	(5.939.072.079)
Demais Pagamentos			(1.607.160)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	19	(1.084.205)	(22.463.556)
DESEMBOLSOS		(1.858.129)	(22.463.556)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(1.732.734)	(14.496.936)
Outros Desembolsos de Investimentos		(125.395)	(7.966.620)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		133.716.607	57.568.768
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		410.045.260	352.476.492
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		543.761.867	410.045.260

Figura 7 – Variação do Caixa e Equivalente de Caixa



Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, referente ao exercício de 2021, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As considerações apontadas são realizadas a partir das informações obtidas com as áreas organizacionais da Agência e dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), no qual estão consolidadas as escriturações das Unidades Gestoras que compõem o Órgão 39250 (ANTT), a saber:

- 393001 SEDE (Setorial Financeira e Orçamentária);
- 393038 Unidade Regional do Rio de Janeiro – URRJ;
- 393047 Unidade Regional de São Paulo – URSP;
- 393048 Unidade Regional de Minas Gerais – URMG;
- 393090 Unidade Regional do Ceará – URCE;
- 393091 Unidade Regional do Maranhão – URMA;
- 393092 Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS.

As demonstrações analisadas se referem ao: I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF) e V. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) cuja metodologia adotada baseou-se nas análises vertical e horizontal das variações ocorridas entre o período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados nas demonstrações são os seguintes:

- a. Moeda funcional: os saldos das demonstrações contábeis estão apresentados pela moeda funcional da União que é o "Real". Não há valores em moeda estrangeira.
- b. Caixa e Equivalente de Caixa: são mensurados pelo valor de custo. O saldo se refere aos valores de Limite de Saque com vinculação de pagamento relativos às Programações Financeiras e aos valores diretamente arrecadados referentes à receita própria da ANTT.
- c. Demais Créditos a Curto Prazo: composto pelos adiantamentos concedidos a pessoal referentes ao 13º salário. Ainda não estão contemplados os créditos a curto prazo decorrentes das multas por infração aplicadas pela ANTT, visto que ainda não foi desenvolvida uma funcionalidade no sistema que possa fornecer essas informações de créditos a receber. Registram-se também neste subgrupo os créditos a receber decorrente dos desembolsos financeiros para atender aos Termos de Execução Descentralizada firmados por órgãos e entidades do mesmo ente federativo da União.
- d. VPDs pagas antecipadamente: composto pelo pagamento de prestação de serviços, cujo fato gerador ainda irá ocorrer conforme as datas já inseridas no cronograma de despesas.
- e. Estoques: são compostos pelos bens de almoxarifado cujo sistema utilizado para controle é o SIADS, que adota o Custo Médio Ponderado – CMP como o método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques.

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

- f. Ativo Realizável a Longo Prazo: compreende os créditos a receber a longo prazo referente à Dívida Ativa Não Tributária registrados conforme as informações mensais repassadas pela PGF-ANTT. Conforme mencionado no item “c”, não há informações consolidadas disponíveis em relação aos créditos a receber decorrentes das multas aplicadas pela ANTT, motivo pelo qual, também não estão evidenciados no ARLP.
- g. Dívida Ativa: tendo em vista o não reconhecimento dos direitos de crédito a receber no Ativo da ANTT, verificou-se que o registro da Dívida Ativa não está sendo realizado conforme o item 2.3.8 da Macrofunção 021112. Assim, para atenuar o impacto indevido de VPA no resultado do exercício, identificou-se os valores dos autos de infração anteriores ao exercício vigente para registro de Ajuste de Exercícios Anteriores, permanecendo somente os autos do atual exercício como VPA de Dívida Ativa.
- h. Ajuste para perdas da Dívida Ativa - LP: estão sendo buscados critérios com metodologia que melhor retrate o comportamento da recuperabilidade dos créditos inscritos em dívida ativa, para fins deste registro de ajuste para perdas.
- i. Imobilizado: compreende os bens móveis reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição sujeitos à apropriação mensal de depreciação, cujo controle patrimonial é realizado pelo SIADS. Estes bens ainda não passaram pelo critério de reavaliação e redução ao valor recuperável, visto que esta funcionalidade ainda está em fase de implementação no SIADS.
- j. Intangível: corresponde às licenças de marcas utilizadas pela ANTT e reconhecidas pelo custo de aquisição, bem como às aquisições de softwares com vida útil indefinida, cuja classificação é realizada conforme especificações da área técnica da Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTEC.
- k. Depreciação e Amortização: a depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes além da tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Para tanto, leva-se em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o qual é calculado em função do prazo em que é possível obter o seu retorno econômico, considerando o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. A amortização do intangível se refere à utilização da Marca da ANTT cujo método adotado é o de quotas constantes com base no prazo de vigência de uso.
- l. Passivo Circulante: compreende as obrigações a curto prazo envolvendo os Fornecedores Nacionais e demais créditos a curto prazo, cujos registros foram reconhecidos pelo valor apresentado em documento hábil próprio, primando pelo atendimento ao Princípio da Competência, sempre que possível.
- m. Passivo Não Circulante: composto pela provisão de indenizações de riscos cíveis, calculada e atualizada conforme os critérios técnicos e valores informados pela respectiva área responsável.
- n. Ativos e Passivos Contingentes: embora não sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, houve os registros em contas de controles, tendo em vista a relevância dos valores que porventura poderão impactar o patrimônio da ANTT.
- o. Contribuição PIS/PASEP Lei 9.715/1998: a partir da competência junho/2020, a ANTT passou a recolher o PIS/PASEP somente sobre a receita da fonte própria 250, deixando de recolher sobre a arrecadação mensal das demais fontes 129 e 174 por serem classificadas como receitas do Tesouro e, portanto, não devem compor a base de cálculo, conforme § 3º, Art. 2º da citada Lei. (Processo SEI 50500.063336/2020-72). Esta mudança de procedimento estará demonstrada nas análises de comportamento da respectiva VPD do exercício atual em relação ao anterior.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante

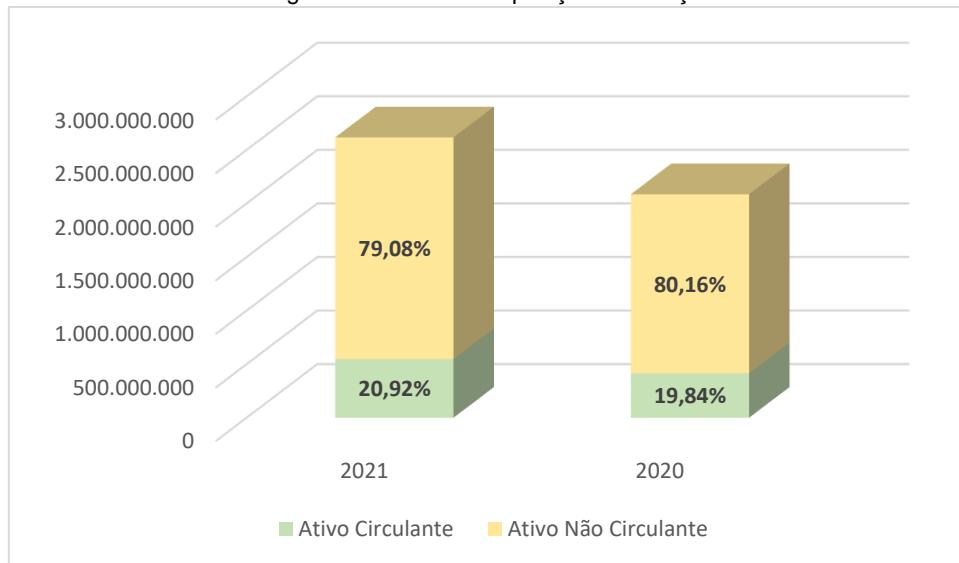
A classe do Ativo compõe-se de 20,92% de Ativo Circulante e de 79,08% de Ativo Não Circulante. Verifica-se, que no total, houve um acréscimo de 25,44%, sendo que o aumento do grupo circulante foi de 32,30%, já o não circulante aumentou em 23,74% (Tabela 1).

Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Ativo Circulante	547.446.600	413.795.220	32,30%	20,92%
Ativo Não Circulante	2.069.243.118	1.672.293.250	23,74%	79,08%
TOTAL DO ATIVO	2.616.689.718	2.086.088.470	25,44%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 8 – Ativo – Composição e Variação



Os subgrupos que compõem o Ativo Circulante estão relacionados na Tabela 02 com as suas respectivas variações.

Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	543.761.867	410.045.260	32,61%	99,33%
Demais Créditos e Valores CP	2.887.060	2.862.464	0,86%	0,53%
Estoques	640.524	807.956	-20,72%	0,12%
VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente	157.149	79.540	97,57%	0,03%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	547.446.600	413.795.220	32,30%	100,00%

Fonte: SIAFI

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

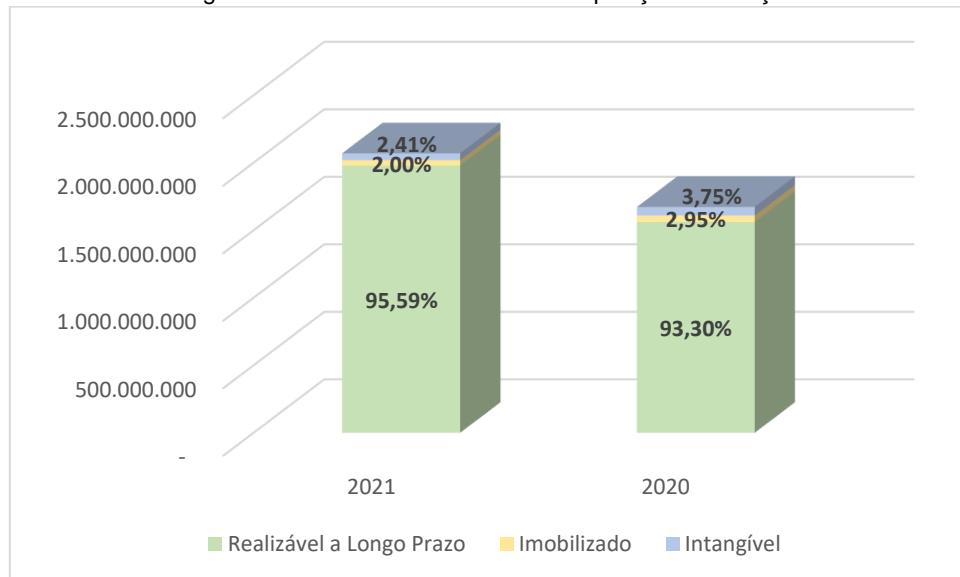
No que se refere ao Ativo Não Circulante (Tabela 3), a maior composição deste grupo corresponde ao subgrupo Realizável a Longo Prazo, cuja percentual de 95,59% corresponde aos registros da Dívida Ativa. Já as variações dos demais subgrupos representam as aquisições de bens móveis e intangíveis ocorridas no período.

Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Realizável a Longo Prazo	1.978.063.418	1.560.254.954	26,78%	95,59%
Imobilizado	41.365.792	49.390.396	-16,25%	2,00%
Intangível	49.813.908	62.647.899	-20,49%	2,41%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.069.243.118	1.672.293.250	23,74%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 9 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação



Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa é composto pelos recursos arrecadados da fonte própria e pelos liberados pelo Tesouro. Como se verifica, os valores estão distribuídos entre as Unidades Gestoras e as respectivas Fontes de Recursos, destacando-se maior representatividade para a Fonte 50 (Recursos Próprios) e a disponibilidade concentrada na UG 393001 por se tratar da Setorial Financeira do Órgão. (Tabela 04).

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

UGE / Fonte	393001	393038	393047	393048	393090	393091	393092	Total	AV
0100	4.909.319							4.909.319	0,90%
0129	3.717.528	-	-	-	-	-	-	3.717.528	0,68%
0150	141.791.749	-	-	77	-	-	-	141.791.825	26,08%
0151	304.475							304.475	0,06%
0163	773.925							773.925	0,14%
0169	292.215							292.215	0,05%
0174	10	-	-	-	-	-	-	10	0,00%
0190	10.245.351							10.245.351	1,88%
0250	381.715.723	-	8.495		-	-	-	381.724.218	70,20%
6153	3.000							3.000	0,00%
Total	543.753.294	-	8.495	77	-	-	-	543.761.867	100%

Fonte: SIAFI

Nota 03 – Créditos a Curto Prazo

Os valores que compõem este subgrupo estão relacionados na Tabela 05, cujos itens se referem a adiantamento de pessoal, suprimento de fundos e antecipação de salários.

Em relação aos créditos a receber, ainda não há informações sistematizadas para efetuar os registros decorrentes das multas aplicadas por parte da ANTT.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
13º Adiantamento	2.637.010	2.596.860	1,55%	91,34%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	250.050	265.604	-5,86%	8,66%
TOTAL DEMAIS CRÉDITOS E VALORES CP		2.887.060	2.862.464	0,86% 100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 04 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Dívida Ativa Não Tributária	2.060.182.099	1.642.373.636	25,44%	104,15%
(-) Ajustes para Perdas de Créditos LP	-82.118.682	-82.118.682	0,00%	-3,99%
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.978.063.418	1.560.254.954	26,78% 100,17%

Fonte: SIAFI

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

Os valores de Dívida Ativa são registrados com base nos relatórios extraídos do Sistema SAPIENS da AGU e encaminhados mensalmente pela Procuradoria Federal/ANTT. Na revisão dos procedimentos destes registros, verificou-se que atualmente ainda não é possível atender ao previsto no item 2.3.8 da Macrofunção 021112 “Somente poderão ser encaminhados para inscrição em Dívida Ativa os créditos vencidos, anteriormente reconhecidos e registrados no Ativo do Ente Público.” De forma a atenuar a distorção de valores de VPA, ponderou-se em ajustar os registros da seguinte forma: os valores relativos aos autos de infração inscritos em dívida referentes a exercícios anteriores a 2021 serão registrados como Ajuste de Exercício Anterior – AJE, já os valores relativos aos autos de infração de 2021 serão reconhecidos como VPA de Dívida Ativa, distinguindo-se o valor principal do valor de atualização monetária no momento do registro. Tendo em vista a materialidade e a relevância destes valores, este procedimento será mantido até que seja possível efetuar os registros de créditos a receber de forma regular e de acordo com a ocorrência do fato gerador.

Nota 05 - Imobilizado

O Imobilizado da ANTT está composto em sua totalidade por bens móveis, cuja variação no período apresentou um decréscimo de 16,25%.

Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Bens Móveis	112.900.532	115.681.517	-2,40%	272,93%
(-) Depreciação/Amortização	-71.534.739	-66.291.120	7,91%	-172,93%
TOTAL DO IMOBILIZADO	41.365.792	49.390.396	-16,25%	100,00%

Fonte: SIAFI

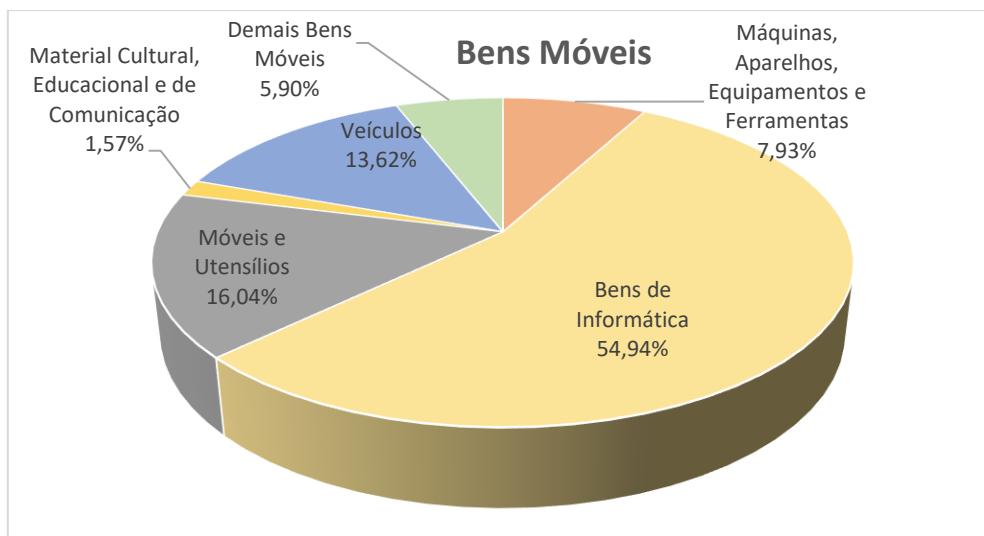
5.1 BENS MÓVEIS

Os bens móveis estão registrados pelo critério do custo de aquisição e a respectiva depreciação. O critério de mensuração (reavaliação/redução ao valor recuperável) destes bens ainda não foi revisto porque a funcionalidade para permitir estes registros está em desenvolvimento no SIADS.

Tabela 8 – Bens Móveis – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	8.948.755	6.574.673	36,11%	7,93%
Bens de Informática	62.024.527	55.471.077	11,81%	54,94%
Móveis e Utensílios	18.112.879	16.771.193	8,00%	16,04%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.776.402	1.741.390	2,01%	1,57%
Veículos	15.378.641	13.922.525	10,46%	13,62%
Bens Móveis em Almoxarifado	0	1.121	-	0,00%
			100,00%	
Demais Bens Móveis	6.659.328	6.887.606	-3,31%	5,90%
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-71.534.739	-56.808.454	25,92%	-63,36%
TOTAL BENS MÓVEIS VALOR LÍQUIDO	41.365.792	44.561.130	-7,17%	36,64%

Fonte: SIAFI - * a análise vertical foi realizada com base no valor bruto dos bens móveis, desconsiderando o valor depreciado.

Figura 10 – Bens Móveis – Composição


5.2 DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS

A depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes mediante tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, onde se leva em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. O valor total da depreciação acumulada distribuídos nas respectivas categorias de bens está demonstrado na Tabela 09.

Tabela 09 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição

	31/12/2021
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-4.435.855
Bens de Informática	-42.625.151
Móveis e Utensílios	-11.548.291
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	-1.288.994
Veículos	-6.446.530
Demais Bens Móveis	-5.189.918
TOTAL BENS MÓVEIS	-71.534.739

Fonte: SIAFI

Nota 06 – Intangível

O subgrupo de intangíveis é essencialmente composto pelas aquisições de licenças de softwares com utilização por prazo indeterminado, conforme indicação técnica da área de Tecnologia da Informação da ANTT. Embora ainda não foi possível fazer avaliação dos softwares para avaliação de perdas ao valor recuperável e de revisão de vida útil indefinida, foram realizadas baixas dos itens

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

apontados como em desuso pela SUTEC, conforme indica o índice de redução de 20,49% (Tabela 10). A funcionalidade de controle de intangíveis no SIADS foi implantada parcialmente, permitindo registrar os itens do SIAFI no sistema de controle patrimonial. Para as próximas evoluções será possível liquidar as aquisições no SIADS com reflexo automático no SIAFI.

Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Softwares com Vida Útil Indefinida	49.813.808	62.647.770	-20,49%	100,00%
Marcas/Direitos e Patentes	438	438	0,00%	0,00%
(-) Amortização Acumulada Marcas, Direitos Pat.	-338	-309	9,64%	0,00%
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	49.813.908	62.647.899	-20,49%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 07 – Passivo Exigível

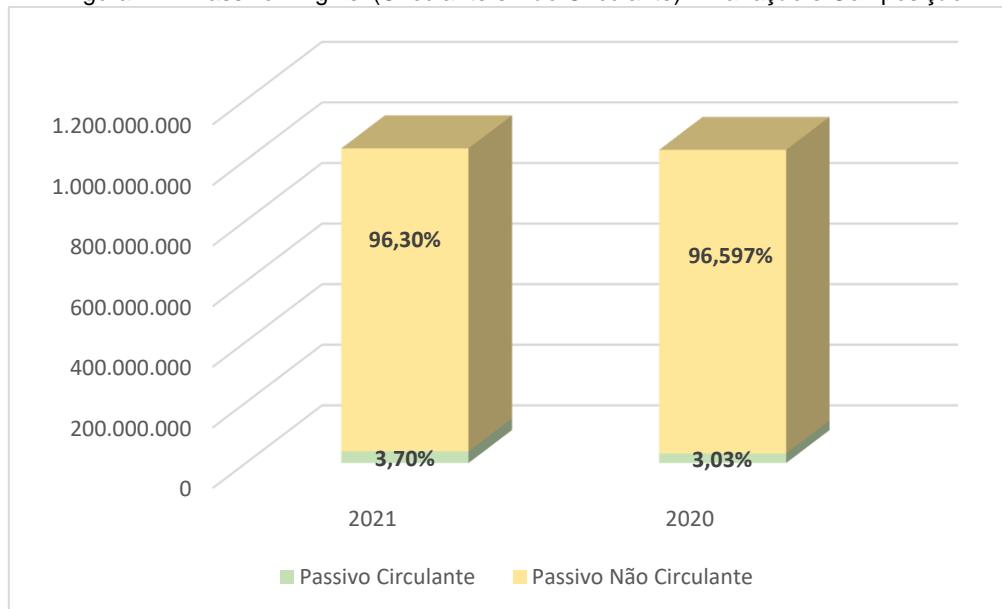
A classe Passivo compõe-se de 96,30% do Passivo Não Circulante e 3,70% de Circulante (Tabela 11).

Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Passivo Circulante	38.376.903	31.366.522	22,35%	3,70%
Passivo Não Circulante	1.000.094.839	1.002.190.687	-0,21%	96,30%
TOTAL DO PASSIVO	1.038.471.742	1.033.557.209	0,48%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição



Nota 08 – Passivo Circulante

As obrigações da ANTT estão evidenciadas por valores já conhecidos e registrados com suporte em documento hábil próprio. O reconhecimento das obrigações por regime de competência tem sido um critério adotado visando a evidenciação tempestiva das informações quando de conhecimento da GEORF, de forma especial no tocante às obrigações de Pessoal, Fornecedores e Contas a Pagar.

Tabela 12 – Passivo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar CP	29.001.200	25.076.111	15,65%	75,57%
Fornecedores e Contas a Pagar CP	1.395.888	605.048	130,71%	3,64%
Demais Obrigações a Curto Prazo	7.979.815	5.685.363	40,36%	20,79%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	38.376.903	31.366.522	22,35%	100,00%

Fonte: SIAFI

O saldo de passivo em “Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar”, se deve aos valores de Salários e Ordenados cuja compensação das ordens bancárias ocorre somente no primeiro dia útil do mês subsequente. O saldo do item “Demais Obrigações a Curto Prazo” se deve aos saldos de tributos e contribuições retidos na folha de pagamento de pessoal, cujo recolhimento ocorre somente no mês subsequente com a liberação da ordem bancária.

Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)

Com base nas informações repassadas pela GGEF/SUROD, por e-mail, em 04/08/2021, efetuou-se a baixa da Provisão anteriormente registrada para a Concessionária da Ponte Rio Niterói – CCR PONTE (Contrato de Concessão DNER/PG-154/94-00). Ocorre que, o encontro de contas em função da extinção deste Contrato apresentou valores em favor da ANTT, conforme NT 3356/2021 (n. SEI 6851300), os quais passaram a compor o Ativo Contingente, uma vez que ainda estão em fase de apuração de valores.

Com relação à Provisão para perdas judiciais/administrativas decorrente da ação ajuizada contra a ANTT por parte da Empresa União Cascavel Transportes e Turismo LTDA, o registro deverá ser mantido conforme informações repassadas pela GEDEC/CCONT/SUCON/STN, por e-mail, em 15/10/2021, cujo posicionamento da AGU/PGF é quanto à permanência da Provisão por se tratar de ação com risco provável de perda.

Tabela 13 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Provisão para indenizações cíveis	-	2.190.687	0,00%	0,00%
Provisões para perdas judiciais/administrativas	1.000.000.000	1.000.000.000	0,00%	100,00%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.000.000.000	1.002.190.687	-0,22%	100%

Fonte: SIAFI

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

Nota 10 – Patrimônio Líquido

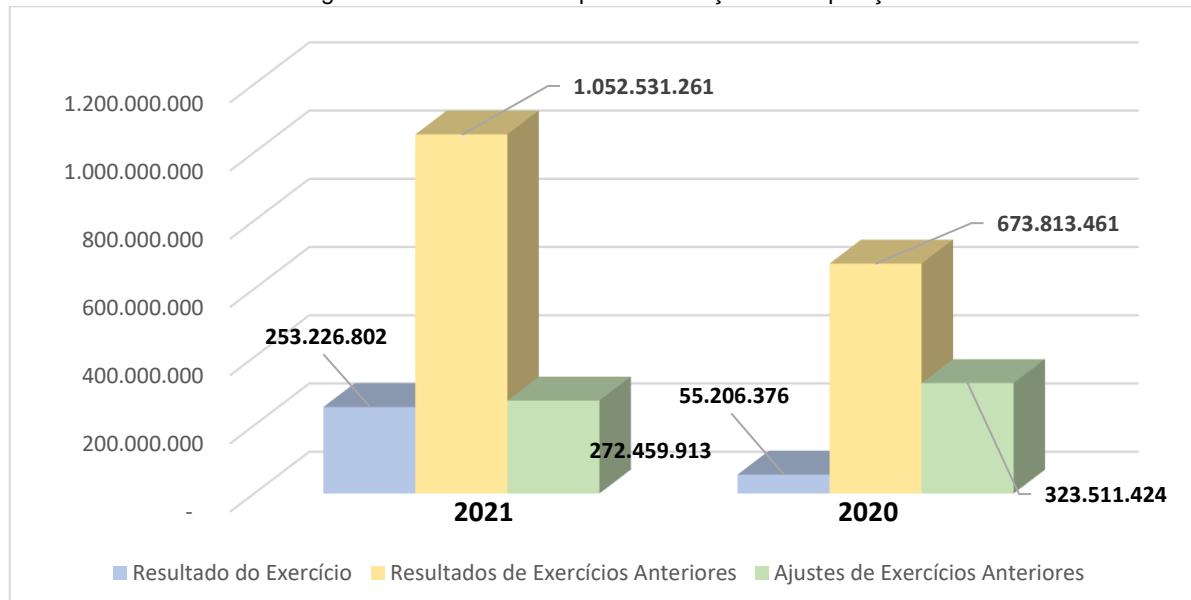
O Patrimônio Líquido no valor de R\$ 1.578.217.976 é composto pelo resultado apurado no período, acrescendo-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além do ajuste de exercícios anteriores.

Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Resultado do Exercício	253.226.802	55.206.376	358,69%	16,05%
Resultados de Exercícios Anteriores	1.052.531.261	673.813.461	56,21%	66,69%
Ajustes de Exercícios Anteriores	272.459.913	323.511.424	-15,78%	17,26%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.578.217.976	1.052.531.261	49,94%	100%

Fonte: SIAFI

Figura 12 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição



O item referente ao Resultado do Exercício demonstra um superávit patrimonial de R\$ 253.226.802 no exercício de 2021. (Tabela 15).

Tabela 15 – Resultado Patrimonial do Período – Composição

	31/12/2021	AH
Variação Patrimonial Aumentativa - VPA	3.015.344.609	-53,38%
Variação Patrimonial Diminutiva - VPD	2.762.117.806	-55,78%
	253.226.802	13,84%

Fonte: SIAFI

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

Nota 11 – Passivos Contingentes

Os registros de Passivos Contingentes são decorrentes da recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessões da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER (Contrato Nº PG/138/95-00 – Termo Aditivo Nº 12/2014) conforme informações repassadas pela área finalística responsável. A redução de 14,52% apresentada no período decorreu da retificação do terceiro aporte da CONCER, aprovada pela Diretoria Colegiada da ANTT, por meio da Deliberação nº 972, de 5/11/2019, no âmbito da 13ª Revisão Extraordinária, em função do ajuste no cronograma de investimentos relativos às obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, conforme Notas Técnicas SEI Nº 1148/2019/GEFIR/SUINF/DIR, (0305942), de 13/05/2019, e Nº 2083/2019/GEFIR/SUINF/DIR, (0716309), de 08/07/2019.

Tabela 16 – Passivos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Passivos Contingentes Previstos	768.291.168	732.113.707	4,94%	100,00%
TOTAL DO PASSIVO CONTINGENTE	768.291.168	732.113.707	4,94%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 12 – Ativos Contingentes

Os registros de Ativos Contingentes são decorrentes da proposta de ajuste final do Contrato de Concessão da CONCEPA (Contrato Nº PG/016/97-00 – Termo Aditivo Nº 13/2014), conforme informações, cálculos e atualizações encaminhados mensalmente pela área finalística responsável. Ressalte-se que o aumento de 45,08% nestes valores (Tabela 17) se deve à atualização de valores decorrentes do encontro de contas em função do encerramento do Contrato de Concessão DNER/PG-154/94-00 com a Concessionária da Ponte Rio Niterói – CCR PONTE. De acordo com as informações repassadas pela área técnica (NT 3356/2021 -n. SEI 6851300), os cálculos inverteram em favor da ANTT deixando de se caracterizar como Provisão e passando a compor o Ativo Contingente.

Tabela 17 – Ativos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Ativos Contingentes Previstos	215.994.139	144.098.973	49,89%	28,11%
TOTAL DO ATIVO CONTINGENTE	215.994.139	144.098.973	49,89%	28,11%

Fonte: SIAFI

Nota 13 – Obrigações Contratuais

Os saldos das obrigações contratuais vigentes da ANTT estão evidenciados na classe de atos potenciais e se referem a contratos de serviços, aluguéis e de fornecimento de bens, conforme Tabela 18.

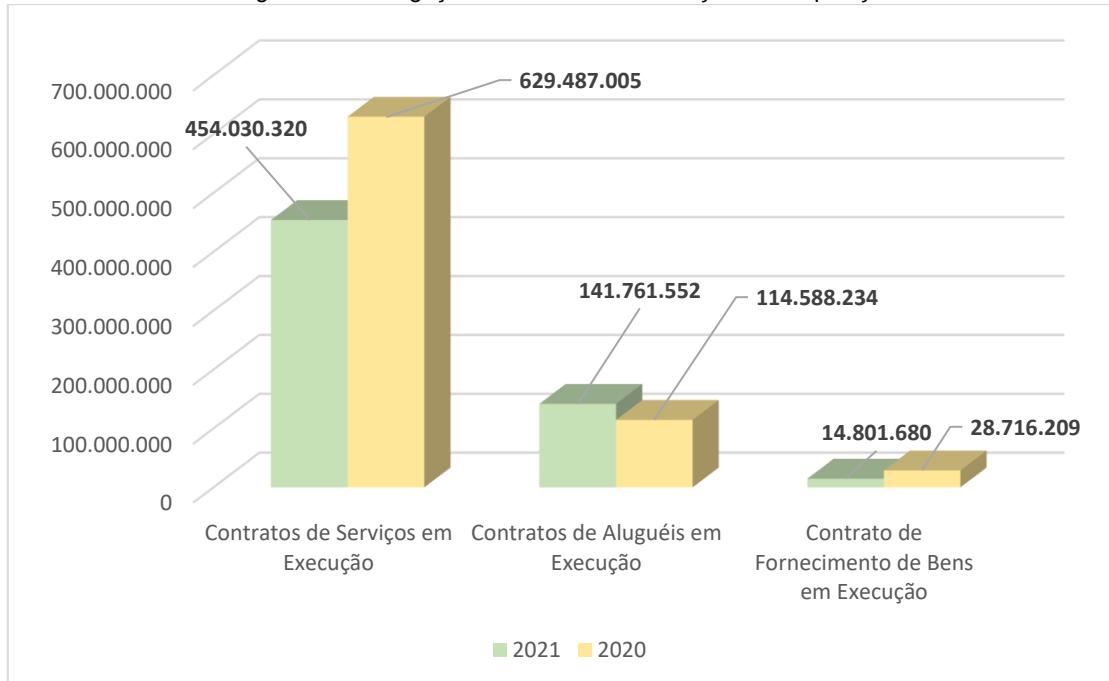
A redução da variação de 27,87% em contratos de serviços e de 48,46% em fornecimento de bens, se refere a baixas de saldos alongados pendentes nas contas de controle.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Contratos de Serviços em Execução	454.030.320	629.487.005	-27,87%	74,36%
Contratos de Aluguéis em Execução	141.761.552	114.588.234	23,71%	23,22%
Contrato de Fornecimento de Bens em Execução	14.801.680	28.716.209	-48,46%	2,42%
TOTAL DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		610.593.553	772.791.449	23,00%
				100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 13 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição



Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.524.551	2.320.994	8,77%	0,08%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.967.663.941	5.744.026.936	-65,74%	65,26%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.071.632	8.857.597	-87,90%	0,04%
Transferências e Delegações Recebidas	712.954.228	694.989.617	2,58%	23,64%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	2.382.815	14.097.488	-83,10%	0,08%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	328.747.442	148.373.673	121,57%	10,90%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.015.344.609	6.612.666.305	-54,40%	100%

Fonte: SIAFI

14.1 A VPA de Impostos Taxas e Contribuições se refere à arrecadação tributária de taxa de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174), prevista na Lei nº 12.996/2014 e regulamentados por meio da Resolução ANTT nº 4.936/2015. Esta VPA apresenta o valor bruto arrecadado, já o Balanço Orçamentário apresenta esta mesma receita considerando apenas o valor líquido em favor da ANTT, onde são descontados os 30% da DRU (Desvinculação de Receita da União) e outras deduções da receita que porventura houver.

14.2 A VPA classificada como Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos se refere às receitas de concessões e outorgas ferroviárias e rodoviárias (cujas nomenclaturas no Balanço Orçamentário são Receitas Patrimonial e de Serviços, respectivamente).

14.3 As VPA's Financeiras se referem aos juros e encargos de mora das multas contratuais aplicadas às concessionárias. A variação inferior a 87% demonstra que foram realizados um montante de pagamentos relevante no exercício de 2020 relativo a multas contratuais em relação ao mesmo período em 2021.

14.4 As Transferências e Delegações Recebidas são os valores recebidos pela STN decorrentes das programações financeiras para pagamento das despesas de pessoal e custeio referente às Fontes 100, 129 e 174 relativas ao exercício e Restos a Pagar. Estão registrados também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS, motivo pelo qual há a compensação de movimentação patrimonial tanto na VPD, quanto na VPA. Do valor total desta VPA, em torno de 69% se refere a movimentação de saldos patrimoniais relativo a: descontos e abatimentos de multas pagas, retificações de GRU's e destinação de receita de arrecadação de honorários para a Advocacia Geral da União.

14.5 A Valorização e Ganhos com Ativos ocorreu em função dos valores registrados no SIADS por meio de Nota de Lançamento referente à incorporação de material gráfico, cuja aquisição orçamentária é registrada como serviço, porém, a sua essência se refere a um bem patrimonial em estoque. Houve também ganhos com alienação decorrente da alienação de veículos por meio do Leilão Eletrônico Nº 01/2021/ANTT e, das baixas de precatórios registrados pelos TRFs 1ª e 4ª região.

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

14.6 O item Outras Variações Patrimoniais Aumentativas é composto de 58% da arrecadação de multas de poder de polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas, ficando o restante do percentual como reversão de provisão e indenizações/restituições da folha de pessoal e ao registro patrimonial de inscrição de valores da dívida ativa. A variação negativa 36,76% em relação ao período anterior, se deve à mudança de critério de reconhecimento dos registros de dívida ativa, sendo que os autos de infração de exercícios anteriores deixaram de impactar a VPA e passaram a ser registrados como ajuste de exercícios anteriores.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Pessoal e Encargos	248.041.262	245.814.228	0,91%	8,98%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.467.336	24.920.515	6,21%	0,96%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	250.932.837	288.787.498	-13,11%	9,08%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	17.765.786	7.449.206	138,49%	0,64%
Transferências e Delegações Concedidas	2.204.871.567	5.948.635.866	-62,93%	79,83%
Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	10.415.954	35.773.276	-70,88%	0,38%
Tributárias	3.546.404	5.708.731	-37,88%	0,13%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	76.660	370.609	-79,32%	0,00%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.762.117.806	6.557.459.929	-57,88%	100%

Fonte: SIAFI

15.1 Pessoal e Encargos: VPDs que se referem à remuneração de pessoal ativo civil relativos aos vencimentos, abonos, adicionais, gratificações, férias, 13º salário, indenizações, sentenças judiciais, encargos e benefícios relativos a auxílios transporte, alimentação, moradia; assistência à saúde etc.

15.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais: são VPDs decorrentes das aposentadorias, pensões, gratificações, auxílio natalidade, dentre outros.

15.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: VPDs referentes a despesas administrativas de manutenção do órgão e os serviços de natureza continuada, além das variações decorrentes das depreciações de bens móveis e, em menor proporção, da amortização de bens intangíveis.

15.4 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras se referem aos descontos financeiros concedidos nos pagamentos de multas aplicadas pela ANTT, destacando-se duas situações específicas. A primeira é o desconto de 20% quando o pagamento for realizado até a data do vencimento para as multas de excesso de peso, conforme Código de Trânsito Brasileiro – CTB. A outra é decorrente da previsão da Resolução da ANTT nº 5.083/2016, cujo art. 86 dispõe sobre a concessão de desconto de 30% ao valor da multa na hipótese de o infrator renunciar expressamente o direito de interpor recurso administrativo. Assim, à medida em que os pagamentos das multas forem realizados neste tipo de condição, haverá o aumento desta VPD.

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

15.5 Transferências e Delegações Concedidas se referem aos sub-repasses de valores (RP e exercício) transferidos por meio de Programação Financeira para as Unidades Regionais. Estão registrados também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS. Verifica-se que a quase totalidade desta VPD - em torno de 99%, se refere à compensação de movimentação patrimonial relativa às arrecadações das fontes 129 e 174, para compensar os valores destas VPA, pois, apesar de se tratar de receitas da ANTT, os recursos financeiros são transferidos para as disponibilidades de caixa da STN.

15.6 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: refere-se aos valores de honorários advocatícios decorrentes dos códigos de recolhimento da dívida ativa da ANTT, no qual há a destinação do recurso para a AGU. A variação inferior de 70,88% se deve à revisão de critério dos registros de Ajustes para perdas em Dívida Ativa, os quais serão lançados somente após definição de modelo que retrate mais fidedignamente o comportamento dos pagamentos destes créditos.

15.7 Tributárias: VPDs decorrentes de pagamento de impostos (IPTU) e contribuições sociais (PIS/PASEP cujo recolhimento é de 1% sobre a receita corrente da Agência, conforme prevê a Lei n.º 9.715/1998) e contribuições para serviço de iluminação pública cobradas sobre as faturas de energia elétrica das unidades organizacionais da ANTT. A redução de 37,88% desta VPD trata-se do reflexo na mudança de critério para recolhimento do PIS/PASEP, em que a partir da competência JUNHO/2020 passou-se a arrecadar somente sobre as receitas próprias (Fonte 250).

15.8 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: corresponde à atualização da provisão registrada em favor da Concessionária CCR PONTE referente à indenização calculada em razão de eventos de desequilíbrio devido à extinção do Contrato de Concessão N. PG-154/94-00. Corresponde também às VPDs decorrentes de indenizações e restituições concedidas pela ANTT referentes a: bolsas de estudo de idiomas a servidores; ajudas de custo; resarcimento de despesas com passagem aérea; pagamento de per capita referente ao convênio de adesão com a GEAP.

Nota 16 – Receitas Orçamentárias

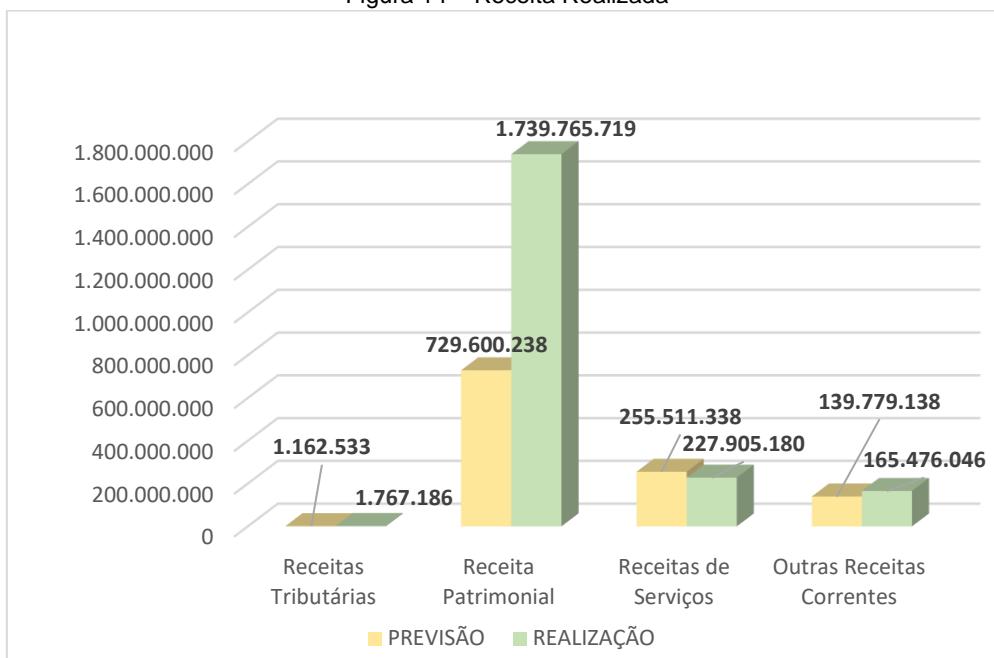
A arrecadação realizada no período está demonstrada por tipo de receita na Tabela 21.

Tabela 21 – Receita Orçamentária – Realização

	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	% de Realização
Receitas Tributárias	1.162.533	1.767.186	604.653	152,01%
Receita Patrimonial	729.600.238	1.739.765.719	1.010.165.481	238,45%
Receitas de Serviços	255.511.338	227.905.180	-27.606.158	89,20%
Outras Receitas Correntes	139.779.138	165.476.046	25.696.908	118,38%
Receitas de Capital	43.870.241	773.924,81	-43.096.316	
TOTAL	1.169.923.488	2.135.688.057	965.764.569	182,55%

Fonte: SIAFI

Figura 14 – Receita Realizada



16.1 As receitas da ANTT que têm origem tributária se referem às taxas de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174). O Balanço Orçamentário demonstra no campo “Receita Realizada” o valor líquido efetivamente arrecadado em favor da ANTT, já deduzido da DRU e de outros abatimentos que porventura houver.

16.2 As Receitas Patrimoniais são decorrentes das arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A arrecadação desta receita decorre das parcelas dos contratos de concessões das malhas ferroviárias. Devido à antecipação de parcelas vincendas de outorgas ferroviárias realizadas pela Cia Rumo S.A. em setembro/2020, o percentual de realização desta receita tende a ser inferior ao previsto.

16.3 As Receitas de Serviços são decorrentes da verba anual das concessionárias de rodovias, destinadas a cobrir despesas com fiscalização das concessões. Em proporção menor, estas receitas decorrem também da arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros.

16.4 Outras Receitas Correntes: compõem-se das multas aplicadas pelo Poder de Polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas internacionais e interestaduais; e das multas contratuais regulatórias aplicadas às concessionárias.

16.5 O valor previsto de Receita de capital se refere à operação de crédito destinada à realização de despesas de pessoal e encargos sociais, e que, de acordo com o inciso III, Art. 167, CF, deverá ser aprovada pelo Poder Legislativo em função da regra de ouro, visto que esta operação de crédito excede o montante das despesas de capital. Já a realização desta receita no valor de R\$ 773.925 se refere à alienação de veículos por meio da licitação realizada pela ANTT na modalidade Leilão conforme Edital de Leilão Eletrônico Nº 01/2021/ANTT e, por força do Contrato nº 007/2021, Processo (SEI/ANTT) nº 50500.024682/2021-16.

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

Nota 17 – Despesas Orçamentárias

As despesas empenhadas no exercício são consideradas como executadas no âmbito orçamentário. O grupo de Outras Despesas Correntes se refere aos serviços continuados, de apoio de manutenção do órgão correspondente a 50,33% dos gastos, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais possui uma representatividade de 49,14% e os Investimentos 0,54%.

Tabela 22 – Despesa Orçamentária – Execução

	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	264.401.804	262.539.375	262.105.926	244.328.011	1.862.429
Outras Despesas Correntes	280.058.237	268.894.872	220.488.808	216.426.657	11.163.365
Investimentos	4.492.746	2.862.730	68.788	68.788	1.630.016
Reserva de Contingência	608.802.972	-	-	-	608.802.972
TOTAL	1.157.755.759	534.296.977	482.663.522	460.823.456	623.458.782

Fonte: SIAFI

Figura 15 – Despesas Executadas – Proporção

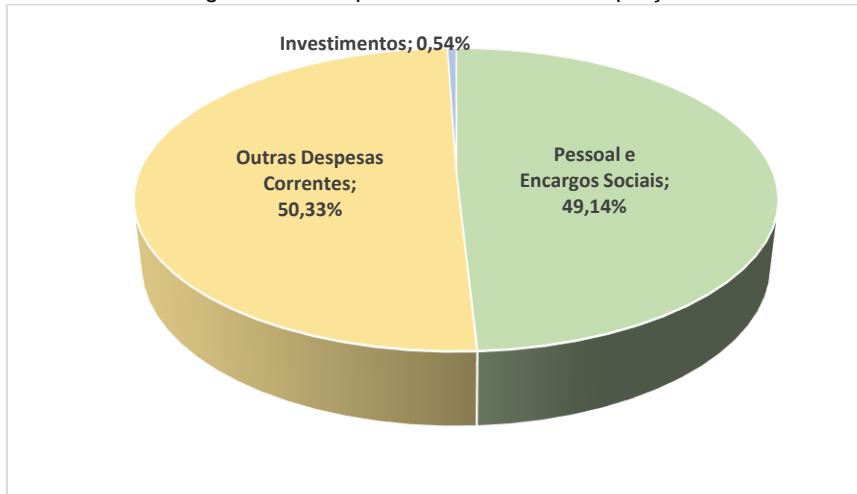
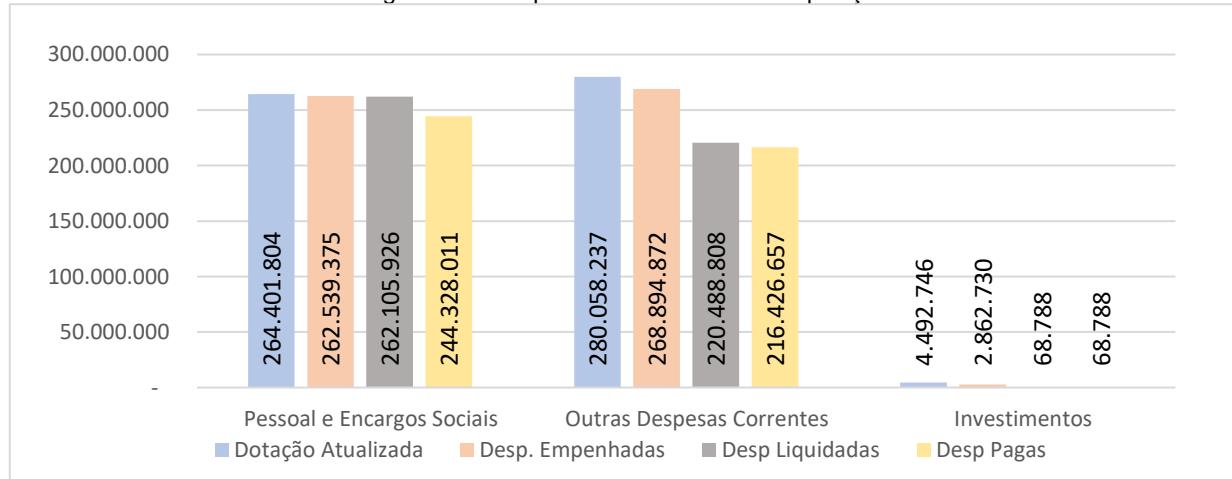


Figura 16 – Despesas Executadas – Composição



Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

Nota 18 – Restos a Pagar

O saldo de Restos a Pagar demonstra que foram executados até o momento 78,82% de RAP Não Processado – RPNP e 94,30%, de Restos a Pagar Processados – RPP, restando pendentes de execução em relação ao total inscrito, 21,18% e 5,70%, respectivamente.

Tabela 23 – Restos a Pagar – Execução

	Inscritos	Liquidados	Pago	Cancelado	Saldo
RPNP em 2020	65.095.005				
RPNP anterior a 2020	21.387.945	33.873.282	33.873.282	34.295.317	18.314.350
RPP em 2020	17.883.144				
RPP anterior a 2020	709.789		17.533.664		1.059.269
	105.075.883	33.873.282	51.406.946	34.295.317	19.373.619

Fonte: SIAFI

Nota 19 – Movimentação Financeira

O resultado da movimentação de recursos no período apresentou a variação de 32,61%, correspondendo a um aumento de R\$ 133.716.607 no Caixa da ANTT (Tabela 24).

Tabela 24 –Caixa e Equivalente de Caixa – Variação

	30/09/2021	31/12/2020	AH %	AH R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	543.761.867	410.045.260	32,61%	133.716.607

O Balanço Financeiro – BF demonstra que, em comparação ao mesmo período no exercício anterior, as receitas orçamentárias tiveram uma redução de 63,73% e as despesas uma redução de 7,38%. A variação na realização das receitas decorre da antecipação de parcelas realizadas pela RUMO S.A. em set/2020. Cabe lembrar que o BF considera como Despesas Orçamentárias todo o valor empenhado, independente de liquidação ou pagamento. Já a Receita Orçamentária é a efetivamente arrecadada pelo seu valor líquido. Este demonstrativo registra como Pagamentos Extraorçamentários o pagamento do RAP processados e não processados.

Tabela 25 – Balanço Financeiro – Variação e Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH
Receitas Orçamentárias	2.135.688.057	5.887.604.932	-63,73%
Despesas Orçamentárias	534.296.977	576.861.190	-7,38%
Transferências Financeiras Recebidas	711.195.910	687.048.460	3,51%
Transferências Financeiras Concedidas	2.203.125.719	5.939.072.079	-62,90%
Recebimentos Extraorçamentários	76.989.820	85.337.295	-9,78%
Pagamentos Extraorçamentários	52.734.484	86.488.649	-39,03%
Resultado Financeiro	133.716.607	57.568.768	

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

A conciliação entre o resultado do Balanço Financeiro - BF e do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC confirma a variação da movimentação financeira nos períodos. O percentual de 32,61% em relação à geração líquida de Caixa corrobora com os dados do “Caixa e Equivalente de Caixa” (Tabela 02), sendo que o saldo inicial era de R\$ 410.045.260 e em 31/12/2021 passou a ser de R\$ 543.761.867, com aumento da disponibilidade financeira em R\$ 133.716.607.

Tabela 25-A – Demonstraçao de Fluxo de Caixa – Variação

	31/12/2021	31/12/2020
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	133.716.607	57.568.768
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	410.045.260	352.476.492
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	543.761.867	410.045.260

Fonte: SIAFI

Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial no período foi superavitário em R\$ 450.899.213. De acordo com a Lei 4.320/1964, o superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Tabela 26).

Tabela 26 – Superávit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro

Ativo Financeiro	543.761.866
Passivo Financeiro	92.862.654
	450.899.213

Fonte: SIAFI

Este resultado é demonstrado também no anexo do BP mediante o demonstrativo dos recursos ordinários que são decorrentes dos valores disponíveis da fonte 100 e dos recursos vinculados que se referem às fontes 129, 174 e 250.

Tabela 27 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados

Recursos Ordinários	-318.185
Recursos Vinculados	451.217.398
	450.899.213

Fonte: SIAFI

Outra perspectiva de análise deste resultado financeiro é por meio do detalhamento por fonte de recursos, cuja Fonte 50 é a principal responsável que impactou para o resultado total superavitário.

Tabela 28 – Superávit Financeiro – Por Fonte de Recursos

FONTE	RESULTADO FINANCEIRO
0100	-318.185
0129	-33.416.788
0150	128.743.370
0151	9.434
0163	773.925
0174	-18.005.438
0250	373.112.895
Total	450.899.213

Fonte: SIAFI

Nota 21 – Conformidade Contábil

Dante das análises realizadas, pode-se afirmar que, em seus aspectos relevantes, as demonstrações contábeis da ANTT estão de acordo com os normativos vigentes. No entanto, cabe ressaltar que ainda há adequações a serem implementadas para garantir que os demonstrativos retratem a real situação patrimonial da Autarquia, que, dentre as principais, destacam-se:

- ✓ **Apropriação de despesas fora período de competência:** Processos de pagamentos apropriados no mês atual com fato gerador de períodos anteriores, não sendo possível atender ao princípio da competência em função dos prazos ocorridos no fluxo dos processos de pagamento, porém há o esforço para que a defasagem das informações se atenuem por meio da apropriação com registro da VPD e da pré-liquidação da NE.
- ✓ **Receitas registradas fora do período de competência:** As receitas registradas no SIAFI são realizadas por regime de caixa, não havendo ainda informações consolidadas para registro fidedigno destes valores por competência.
- ✓ **Falta atualização de Ativos Circulantes:** Ausência de registro dos créditos a receber de CURTO PRAZO, especialmente os decorrentes das multas aplicadas pela ANTT e os da Dívida Ativa, pois os sistemas atuais da ANTT e AGU não contemplam funcionalidades que permitam obter esta informação gerencial de forma integral e consolidada.
- ✓ **Falta de atualização de Ativos não Circulantes:** Ausência de registro dos créditos a receber de Longo Prazo, especialmente os decorrentes das multas aplicadas pela ANTT e os da Dívida Ativa, pois os sistemas atuais da ANTT e AGU não contemplam funcionalidades que permitam obter esta informação gerencial de forma integral e consolidada.



Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade –

- ✓ **Falta avaliação de bens móveis/ intangíveis/outros:** Falta registrar reavaliação/redução a valor recuperável dos bens móveis; Falta registrar os softwares desenvolvidos internamente e fazer a reavaliação dos itens registrados. Encaminhou-se orientação e alerta à área responsável para os procedimentos a serem adotados quando da implementação das funcionalidades no SIADS para permitir estes ajustes/controles.

São estas as notas explicativas ressaltadas para o período.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

CLEIDES SILVA CAMPOS FONTENELE
Contadora Responsável
CRC DF 018229/O